



PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E TEMAS TRANSVERSAIS: A APLICABILIDADE DO TEMA MEIO AMBIENTE NA PROPOSTA DO CURRÍCULO ESCOLAR NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

SILVA, Luan do Carmo da¹
ARAÚJO, Leonardo de Castro²
CHAVEIRO, Eguimar Felício³

Resumo

Este artigo se propõe entender como o tema transversal meio ambiente é visto nos documentos que regem as matrizes curriculares do município de Goiânia e do estado de Goiás, e o que ocasiona o insucesso dos Parâmetros Curriculares Nacionais dentro das salas de aula. Para tanto, o estudo inicia pela concepção dos Parâmetros, para no segundo momento ser trabalhado o tema transversal meio ambiente dentro da proposta de ensino de Geografia, não deixando de contemplar a noção transdisciplinar do assunto. São confrontados os sistemas de avaliações nacionais e o que trazem os livros didáticos sobre o tema, para ao fim, obter-se o diagnóstico do modelo de ensino presente nas duas redes, já citadas.

Palavras-chave: Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente – Geografia – Matrizes Curriculares.

Introdução

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) nascem, primeiramente, da necessidade de se construir uma referência curricular nacional para o Ensino Fundamental e, posteriormente, para o Ensino Médio. Um paradigma que possa ser discutido e traduzido em propostas regionais nos diferentes estados e municípios brasileiros, em diferentes projetos educativos nas escolas e nas salas de aula de todo o país.

Inicialmente é preciso estabelecer os significados dos PCNs e o seu objetivo principal. Para tanto convém averiguar o discurso oficial em que o situa como "configuram uma proposta aberta e flexível a ser concretizada na transformação da realidade educacional" (Brasil, 1998, p. 13). Ou seja, eles surgem para que sejam trabalhados pelo corpo docente na melhoria da Educação brasileira. A principal meta a

¹ Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás— IESA/UFG. *E-mail:* luandocarmo@msn.com.

² Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás— IESA/UFG. *E-mail:* leo.dcastro@hotmail.com.

³ Professor Adjunto do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás— IESA/UFG e Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Geografia. *E-mail:* eguimar@hotmail.com.



ser atingida com estes é a garantia e a oportunidade de fornecer aos sistemas de Ensino e aos professores, subsídios à elaboração e/ou reelaboração do currículo escolar, visando à construção de um de seus objetivos para o projeto pedagógico, que é a formação de cidadania.

Os PCNs surgem com a proposta de se trabalhar nas escolas de todo o país conteúdos base, ou seja, um só currículo formal, o que garantiria uniformidade no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Porém, em um país com tanta diversidade, e mesmo que os PCNs promovam a discussão da diversidade, há determinadas peculiaridades que os Parâmetros não conseguem abarcar.

Ao analisar o primeiro livro da coleção dos PCNs (Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais), percebe-se que — em diferentes trechos da obra — o discurso inicial é o da mitigação das desigualdades no processo de ensino-aprendizagem entre as regiões brasileiras e a mitigação entre as desigualdades entre as classes sociais existentes em nossa sociedade. A busca pela democracia, constituição da cidadania, construção da consciência crítica e busca por melhores oportunidades foi o que levou a concepção dos PCNs.

A ciência geográfica sendo responsável pela “apreensão da realidade *sob o ponto de vista da espacialidade*, ou seja, de compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e destas na configuração do espaço” (Cavalcanti, 1998, p. 11. Grifo da autora) é um campo do saber ímpar para se trabalhar o tema meio ambiente em sala de aula, apesar de ser este um tema que perpassa por outras disciplinas. Para Cavalcanti (2002) o tema meio ambiente é trabalhado na Geografia, pelo fato de essa Ciência fornecer subsídios para a localização, por parte dos cidadãos que compõem a sociedade dos diferentes ambientes produzidos, preservados e destruídos pelo homem, para a partir daí ao fazer uma análise mais abrangente da realidade estudada, entender os significados dessa localização. Além da tradição na Geografia em se estudar a categoria natureza e a apropriação desta pelo homem, fazendo se pensar na categoria território.

A perspectiva transdisciplinar que envolve o tema se dá pela impossibilidade que as grandes áreas do conhecimento possuem em explicar e/ou solucionar sozinhas os problemas que emergem na atualidade global que envolvem a realidade ambiental. Como exemplo dessa problemática temos a exploração indiscriminada dos recursos naturais para a manutenção das necessidades do mercado, as más condições de moradia nas grandes cidades decorrentes da supervalorização do solo em alguns



pontos da cidade e da desvalorização em outros pontos, além da falta de assistência social por parte do Estado às camadas sociais menos favorecidas.

Esse artigo propõe analisar a realidade do trabalho com os PCNs, principalmente do Tema Transversal Meio Ambiente nas aulas de Geografia, no sistema estadual de ensino em Goiás, e na rede municipal de ensino de Goiânia, com o auxílio das matrizes curriculares das duas redes de ensino.

Para o desenvolvimento desse trabalho, foi feita pesquisa nos PCNs sobre seus objetivos e seu significado, análise de trabalhos de outros autores sobre o tema e pesquisa em livros didáticos e propostas curriculares do que é trabalhado nas aulas de Geografia, no município de Goiânia e no estado de Goiás, a partir do confronto de ideias e da síntese dessas discussões é que elaborou-se este artigo.

Processo de elaboração dos PCNs

Os documentos apresentados são resultados da implementação de um modelo francês de Educação, no Brasil, após a aprovação por funcionários técnicos em Educação ligados ao Ministério da Educação (MEC). Quando se tratou dos PCNs de 1ª a 4ª foram realizados seminários estaduais. Nessa gama do Ensino Fundamental, os PCNs têm como objetivo estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e/ou elaboração da proposta curricular dos estados ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino.

Já na segunda fase do Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

Os PCNs (Brasil, 1998) estão calcados no modelo construtivista de conhecimento pelo aluno, não deixando de lado o professor, os dois atuam como sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem de conteúdos factuais e específicos que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo. Tal aprendizagem de conteúdos deve necessariamente



favorecer a inserção do aluno no contexto das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior, ou seja, não é somente trabalhado conteúdos disciplinares. Surge a necessidade da escola em trabalhar os conteúdos relativos à formação social do aluno, com objetivos voltados para a atenção à diversidade, constituição das capacidades cognitivas, intelectuais, motoras, autonomia, relação interpessoal inserção e atuação social” (Zabala, 1998). É nesse sentido que surgem os Temas Transversais.

Para Santos (2002) políticas públicas como os PCNs não atingem de todo a realidade escolar, principalmente devido às inconsistências e divergências existentes no corpo do projeto. O autor sugere que tais projetos sejam elaborados pela base e não impostos de cima para baixo como uma ordem que deve ser cumprida. Tendo em mente que os conteúdos das avaliações nacionais (como é o caso do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB) cobram conteúdos referenciais, os professores se veem obrigados a trabalhar em sala de aula de forma descontextualizada do lugar onde vivem seus alunos. Essa é uma das contradições da utilização dos PCNs nas escolas brasileiras. No Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) é composto pela taxa de promoção e pela Provinha Brasil, o que se constata, segundo Camargo *et. al.* (2008) é que para não se perder financiamento as escolas estão aprovando mais alunos e dispensando aqueles menos aptos a realizar a Provinha Brasil de participar da mesma, mascarando assim a realidade da Educação básica no Brasil.

Para Bonamino e Martínez (2002) os PCNs apresentam uma estrutura básica geral que são os conteúdos que o professor deve desenvolver dentro de sala de aula com seus alunos, ao mesmo tempo em que defende a não utilização por parte do professor de um currículo homogêneo e impositivo, tal fato ocorre, segundo as autoras porque os PCNs estão voltados para a busca da igualdade, mesmo que defendendo as diferenças, esse é outro paradoxo na concepção dos PCNs.

Lopes (2002) afirma que os PCNs destinados ao Ensino Médio estão mais preocupados em formar para o mundo do trabalho do que para a constituição da autonomia do aluno, o que constata-se então é uma ruptura entre as ideias defendidas para o Ensino Fundamental, e as ideias destinadas a formação no Ensino Médio. Santos (2002) defende a noção de que estas contradições existem devido a diversidade de ideias dos autores de projetos tão abrangentes quanto são os PCNs.



Os Temas Transversais

Os Temas Transversais, proposta introduzida dentro dos PCNs, pretendem garantir a todo aluno de qualquer região do país que freqüentam cursos nos períodos diurno ou noturno, que sejam portadores de necessidades especiais ou não, o direito de ter acesso aos conhecimentos indispensáveis para a construção de sua cidadania. Dentro dos diversos temas sugeridos pelos Temas Transversais será feita uma abordagem a respeito do meio ambiente e sua aplicabilidade na proposta curricular do ensino de Geografia.

Os Temas Transversais não são novas matérias inseridas na grade curricular das escolas, são assuntos que devem ser abordados pelas disciplinas já existentes e trabalhado de forma conjunta por elas. É a chamada transversalidade — a qual, segundo Medina (2002) envolve toda a comunidade do contexto do qual se fala, no caso da escola, os professores, alunos, corpo técnico e administrativo, família e comunidade em geral — que tem por objetivo trabalhar o conhecimento de uma forma mais holística. Para Wasserman e Alves (2004, p. 2) “o holismo só aflora na formação do cientista quando este se depara com problemas que demandam interação de conhecimentos”, ou seja, sem a fragmentação e o distanciamento do saber proposto atualmente pelas disciplinas do meio educacional. Essa nova forma de ver e trabalhar a Educação tem um objetivo bem específico, que é o de fazer das escolas construtoras de cidadania, para Oliveira et. al. (2008, p.42) essa proposta transdisciplinar:

aparece como uma resposta a necessidade histórica(...) da formação humana comprometida com a construção de um mundo melhor. Ao integrar diferentes sistemas de conhecimento, a transdisciplinaridade envolve e desenvolve diferentes aspectos do ser humano, integrando pensamento, sentimento, intuição, sensibilidade, cognição e emoção.

Para atingir esse objetivo, de formar cidadania através das escolas, o MEC propôs alguns temas a serem trabalhados pela transversalidade: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo. Lembrando que são apenas sugestões e que cabe a escola e/ou o professor aderir a um tema que convenha melhor na realidade dos alunos ou da escola. Os temas a serem trabalhados devem “atravessar” outras disciplinas no intuito de construir de forma mais consistente o saber necessário para se entender a realidade em que se vive. É um princípio para a cidadania.



Os temas transversais nascem de uma preocupação social, com problemas que historicamente permeiam no bojo da sociedade brasileira e vem gradativamente assumindo dimensões maiores, que é a não subsídio da escola à formação social de seus alunos. Dessa forma, se faz necessário trabalhar a construção de cidadãos que saibam atuar e modificar essa realidade. É papel então da escola o de construir e proporcionar essa possibilidade de “transformação” formando alunos-cidadãos, trabalhando o próprio cotidiano social em que o sujeito esta inserido. É observável com mais clareza o objetivo do MEC com os temas transversais no seguinte trecho extraído do PCN indicado a alunos de 5° a 8° séries:

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidade em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e do Trabalho e Consumo. (Brasil, 1998, p.15)

Ainda a respeito dos objetivos dos Temas Transversais ligados a construção da cidadania, pode-se dirigir aos professores, no intuito de auxiliá-los frentes a problemas educacionais da atualidade. A escola não pode ser vista fora da realidade onde ela se encontra, se faz necessário que esses professores tragam a comunidade com todos os seus problemas para dentro da escola, para que a partir daí consiga construir o conhecimento junto aos alunos, é por isso que a proposta dos Temas Transversais é tão interessante, se bem trabalhada.

É notório que em ambos os discursos está presente a responsabilidade social de formar cidadãos, mas acima de tudo, cidadãos críticos que possam ter participação política perante os problemas sociais que os circundam. Esse é o principal objetivo dos PCNs e dos Temas Transversais, por isso encontram-se apoiados num método educacional crítico-construtivista para formar cidadãos críticos. Para isso tomam como base alguns princípios básicos extraídos da própria Constituição brasileira (Dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e co-responsabilidade pela vida social) para propor um modelo de educação capaz de atender seu objetivo.

Mas afinal de contas, que cidadania é essa? No Brasil quem é cidadão? Direitos à vida, à saúde, à educação, à moradia, à liberdade, à igualdade jurídica e à justiça constroem o significado de cidadania que no Brasil, assim como outros, assume outra feição: só se tem cidadania quem tem propriedade, desprovido disso, não a direitos e nem privilégios algum.



Vejamos isso com mais clareza no seguinte fragmento:

O Brasil, país capitalista, caracteriza-se por ser uma sociedade autoritária e hierarquizada em que os direitos do homem e do cidadão simplesmente não existem. Não existe para a elite, de vez que ela não precisa de direitos porque tem privilégios. Está, pois, acima deles. Não existem para a imensa maioria da população – os despossuídos –, suas tentativas de consegui-los são sempre encarados como problemas de polícia e tratadas como todo rigor do aparelho repressor de um Estado quase onipotente (Buffa, 1999, p. 28).

Dessa forma, estamos diante de uma grande contradição. Em um momento temos o Estado lançando uma proposta de educação que objetiva formar pessoas capazes de questionar, atuar, e modificar sua realidade de forma crítica, assim produzindo sua cidadania, e ao mesmo tempo uma cidadania que é negada pelo próprio Estado que só reconhece a da propriedade (aquele que consome produz a sua cidadania).

Os PCNs e os Temas Transversais são propostas interessantes nessa tentativa de romper, através da Educação, com problemas historicamente presentes na sociedade brasileira, caracterizada pela grande desigualdade social. Mas apenas a Educação não basta, é fundamental e um passo importante nesse processo de transformação é a luta social em busca de dignidade e cidadania, mas é preciso muito mais, extrapolando o campo da Educação. A cidadania, a verdadeira cidadania, só será possível quando o Estado a reconhecer e legitimá-la, não apenas em lei, mas em prática.

O tema transversal Meio Ambiente e a sua aplicabilidade na proposta do currículo escolar na disciplina de Geografia.

Antes de abordar o tema transversal meio ambiente no ensino de Geografia, é necessário conceituá-lo. Com o intuito de formar um conceito em Meio Ambiente mais coeso, fugindo dos significados banais que se aproximam do senso comum, da representação social distorcida e das definições restritas, Reigota (2004, pág. 14) propõem uma abordagem conceitual que define meio ambiente como:

o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processo de criação cultural e tecnológica e processo históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.



Com a evolução da questão ambiental no âmbito global surge a necessidade de formar consciência e responsabilidade ambiental e mecanismos capazes de frear os danos ambientais que ameaçam a vida no/do planeta. Assim, emerge como proposta a Educação Ambiental (EA), a qual surge a partir da necessidade de “se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais” (Brasil, 2000, p.181).

Silva et al. (2009) afirma que a Educação Ambiental é:

uma nova dimensão da Educação, onde esta está vinculada para as questões ambientais, contextualizada e adaptada à realidades locais e globais, sendo essa Educação voltada para a solução dos problemas ligados ao meio ambiente, contando com a participação individual e coletiva, em busca de uma melhor qualidade de vida e equilíbrio dos recursos naturais que nosso Planeta dispõe.

Para Morin, citado por Oliveira (2006, p.163):

a EA deverá possibilitar o desenvolvimento afetivo e humano e a passagem da ética antropocêntrica para a ética biocêntrica para o exercício pleno da solidariedade, da cidadania, incorporando na mente e no coração humanos as suas identidades cósmica, terrena, biológica e cultural.

Um dos objetivos gerais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998, p. 07) é que o educando seja capaz de “perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente”. Por esse motivo será trabalhado a proposta de transdisciplinaridade proposta pelos PCNs no estudo do meio ambiente no âmbito da cadeia de ensino-aprendizagem da Geografia nas escolas de ensino básico.

A ciência geográfica possui um conjunto teórico-metodológico importante na tarefa de compreensão da realidade ambiental, pois essa mesma ciência se fundamenta em um princípio básico do Meio Ambiente, que é a relação estabelecida entre sociedade e natureza na produção de uma unidade dialética. Assim, a análise espacial e a questão da localidade são fundamentais na compreensão da realidade ambiental.

Dentro do ensino da Geografia, o leque que se abre para tratar do assunto meio ambiente é bastante amplo. Segundo o próprio documento elaborado pelo Governo Federal, datado do ano 2000, a questão ambiental pode e deve ser trabalhada com exemplos da evolução da sociedade mundial, exploração de recursos



minerais, biodiversidade, dentre outros, e apesar de ser um tema transversal vê-se a afinidade macro do tema meio ambiente com a Geografia, tanto nos exemplos já citados quanto em outros.

Assim, a Geografia possui um vínculo importante com a Educação Ambiental, fazendo-se parceira e recebendo a parceria uma da outra, mesmo com a não obrigatoriedade da Educação Ambiental, posto que a mesma é um complemento as ciências “rígidas” do currículo escolar.

O trabalho com meio ambiente proposto para ser desenvolvido nas escolas pelos PNCs tem por objetivo:

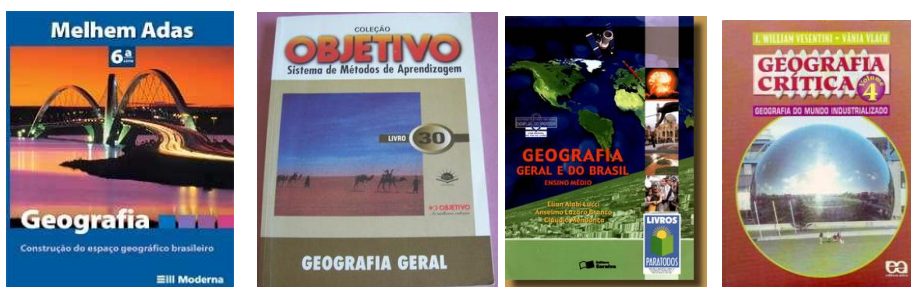
contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. (Brasil, 2000, p. 187)

Em Geografia pode-se ser trabalhado o tema meio ambiente, por exemplo, dentro seguintes recortes: os ciclos da água, seus múltiplos usos e sua importância, para a vida para a história dos povos; diversidade cultural e diversidade ambiental, os limites da ação humana em termos quantitativos e qualitativos; as principais características do ambiente e/ou paisagem da região em que se vive, as relações pessoais e culturais dos alunos e de sua comunidade com os elementos dessa paisagem; as diferenças entre ambientes preservados e degradados, causas e conseqüências para a qualidade de vida das comunidades, desde o entorno imediato até de outros povos que habitam a região e o planeta, bem como das gerações futuras; a interdependência ambiental entre as áreas urbana e rural; noções sobre a distribuição para o consumo (de água); a necessidade e formas de tratamento dos detritos humanos: coleta, destino e tratamento do esgoto; a necessidade e as formas de coleta e destino do lixo; reciclagem; as formas de poluição; manejo e conservação do solo: erosão em áreas urbanas e rurais; a necessidade e as principais formas de preservação, conservação, recuperação e reabilitação ambientais, de acordo com a realidade local.

O que constata-se, em conversas com professores ativos no exercício da profissão no campo da Geografia, os quais atuam tanto no Ensino Médio quanto no Ensino Fundamental, e mesmo em artigos publicados por outros estudiosos da área,



por exemplo, Camargo et. al. (2008) e Santos (2002), é que possivelmente, alguns não conhecem a fundo as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, visto que grande parte do professorado, diz que não utiliza os mesmos em suas aulas. E quando utilizam não aprofundam em temáticas específicas, todavia um fato que chama a atenção é, como se sabe, grande parte dos professores faz o uso de livros didáticos fornecidos pelas redes de educação, onde após a consulta em quatro exemplares foi constatado que em todos existe algum ponto em comum com a proposta dos PCNs. Percebe-se então que os professores permanecem leigos na questão dos PCNs ou desconhecem até mesmo aquilo que trabalham em sala de aula com seus alunos.



Livros analisados:

1. Adas, M. Geografia: Construção do espaço geográfico brasileiro. 5.ed. São Paulo, Moderna: 2006. Disponível em: <http://www2.leitura.com/imagens/produtos/thumb/380154.gif> Acesso: 02/02/2011.
2. Antunes, V. L. C.. Sistema de métodos de aprendizagem, livro: 30. São Paulo, Centro de Recursos Educacionais: 1987. Disponível em: http://img2.mlstatic.com/jm/img?s=MLB&f=72568873_303.jpg&v=O Acesso: 02/02/2011.
3. Lucci, E. A. Branco, A. L. Mendonça, C. Geografia Geral e do Brasil – Ensino Médio. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Disponível em: <http://www.geografiaparatodos.com.br/img/capaentrada.jpg> Acesso: 03/02/2011.
4. Vesentini, J.W. Vlach, V. Geografia Crítica: Geografia do Mundo Industrializado. São Paulo: Ática, 2002. Disponível em: http://img2.mlstatic.com/jm/img?s=MLB&f=89429235_4460.jpg&v=O Acesso: 03/02/2011.

Ao se considerar que em Goiânia e em Goiás, os currículos das redes de educação são regidos respectivamente pelas “Diretrizes Curriculares para a Educação Fundamental da Infância e da Adolescência” e “Reorientação Curricular do 1º ao 9º — Matrizes Curriculares”, observa-se que nos objetivos para todos os ciclos de aprendizagem (rede municipal) e séries escolares (rede estadual), respectivamente, a presença de objetivos voltados para a temática do meio ambiente, além do trabalho transdisciplinar dentro da escola, segue alguns exemplos:

1. Objetivos de aprendizagem presentes na Rede Municipal de Educação de Goiânia, ligados a temática do meio ambiente (Goiânia, 2009, p.70):

identificar as transformações das paisagens e fronteiras; adquirir noções sobre as produções e transformações do espaço rural e urbano; ter noções da unidade dos aspectos da natureza do cerrado e a necessidade da sua preservação; compreender e analisar as transformações socioambientais do espaço em que está inserido; coletar e analisar informações geográficas através da observação das paisagens; desenvolver uma visão crítica sobre os fenômenos de alterações ambientais no bioma cerrado (provocados ou não



pela sociedade), analisando as possibilidades de ações transformadoras; reconhecer semelhanças e diferenças dos modos de apropriação da natureza pela sociedade, identificando as diferentes formas de se organizar o território nas escalas local, regional e global; identificar os principais impactos ambientais globais, suas causas e consequências para a humanidade, compreendendo as possibilidades do desenvolvimento sustentável para compatibilizar com o atual modelo econômico;

2. Objetivos de aprendizagem presentes na Rede Estadual de Educação de Goiás, ligados a temática do meio ambiente (Goiás, 2009, p.156):

observar a paisagem local e seus elementos; distinguir mudanças na paisagem promovidas pela sociedade humana daquelas ocorridas por causa da dinâmica da natureza; reconhecer diferentes formas de exploração da natureza; relacionar as transformações da natureza na cidade com o desenvolvimento da mesma; debater sobre o impacto ambiental que as indústrias podem causar; entender a organização produtiva da economia e identificar as atividades rurais e urbanas que caracterizam os setores primário, secundário, terciário e informal em suas interrelações; reconhecer a questão ambiental e suas consequências no estado de Goiás e em seus municípios;

É imprescindível que os professores conheçam com mais intensidade os documentos que regulam os objetivos a serem alcançados pela rede de ensino na qual atual, para que não se tornem meros reprodutores de conteúdos trazidos pelos livros didáticos. O conhecimento é o ponto essencial para a autonomia em sala de aula.

Considerações Finais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, alinhados na discussão dos Temas Transversais, em teoria, funcionam como guia ao professor na formação e reconhecimento da cidadania crítica de seus alunos. O que se percebe na realidade, é que os professores desconhecem os PCNs e seus Temas Transversais, ou se recusam a admitir a aplicação destes em suas atividades na sala de aula.

Os atuais mecanismos de avaliação da educação básica brasileira se mostram ineficientes para demonstrar a verdadeira realidade presente nas escolas do país, visto que, os gestores escolares, para não perder o financiamento da escola (que, em resumo, é baseado na competição entre os “melhores” resultados) aprovam seus alunos mesmo que estes não tenham consolidado a construção de um conhecimento. Os conteúdos trabalhados em sala de aula são descontextualizados da realidade do aluno, o que prejudica a construção do conhecimento, muitas vezes só é trabalhado em sala de aula conteúdos voltados para as avaliações oficiais do governo.

Com relação ao tema Meio Ambiente, quando trabalhado em sala de aula está quase sempre atrelado a Educação Ambiental, a qual os professores possuem uma visão demasiada reduzida, e por isso a trabalham apenas quando algum tema



proposto pelo livro didático o remete ao meio ambiente. Assim, nos encontramos em um ciclo vicioso de assuntos, onde o meio ambiente apenas é trabalhado ligado a Educação Ambiental, e a mesma só é estudada (feita) a partir de estudos que levem em conta o meio ambiente, outras dimensões da EA não são contempladas na escola.

Se faz necessário que nos sentimos pertencentes ao todo formado pela Natureza, e não que somos seres a parte desse sistema, ou seja, é necessário que o ser humano enxergue o mundo com outros olhos que não o atual olhar de dominação do ser humano sobre o meio natural, isto é, a Natureza não existe somente para servir aos desejos e necessidades da sociedade e do mercado por esta construído.

Referencial Bibliográfico

Brasil, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília : MEC/SEF, 1998.

Brasil, **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Meio Ambiente: Saúde. Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Bonamino, A; Martínez, S. A; Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do estado. *In: Revista Educação & Sociedade.* vol.23 no.80 Campinas Sept. 2002.

Buffa, E; Arroyo,M.G; Nosella,P. **Educação e cidadania** – São Paulo: Cortez: Autores Premiados; Coleção Polêmicas do nosso tempo; 1999.

Camargo, R. B; Pinto, J. M. de R; Guimarães, J. L. Sobre o financiamento no plano de desenvolvimento da educação. *Cadernos de Pesquisa.* v. 38, n. 135, set/dez. 2008.

Cavalcanti, L. S; **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas – São Paulo: Papirus, 1998.

Cavalcanti, L. S; **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia – Goiás: Alternativa: 2002.
Goiânia, Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes curriculares para a educação fundamental da infância e da adolescência:** ciclos de formação e desenvolvimento humano. Goiânia: Rede municipal de educação, 2009.

Goiás, Secretaria de Estado da Educação. **Reorientação curricular do 1° ao 9° ano:** currículo em debate — Goiás: matrizes curriculares: caderno 5. Goiânia: Poligráfica, 2009.

Lopes, A. C. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. *In: Revista Educação e Sociedade.* vol. 23 no. 80. Campinas Sept. 2002.



Medina, N. M. Os desafios da formação de formadores para a educação ambiental. In: Phlippi Jr., A e Pelicioni, M. C. F. (Orgs.). **Educação ambiental**: desenvolvimento de cursos e projetos. 2. ed. São Paulo: Signus, 2002.

Oliveira. S. de F; Educação Ambiental: Aspectos históricos e perspectivas. In: **Boletim Goiano de Geografia**. v. 26 n. 2 p. 151-166 jul./dez. Goiânia - Goiás 2006.

Oliveira. S. de F; Pereira, M. V; Viana, R. M; Educação Ambiental: pertencer e cuidar da teia da vida. In: **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 07, número 13. Fortaleza, 2008.

Reigota, M. **Meio Ambiente e representação social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Silva, J. C. B.; Cabral, C. J.; Selva, V. F. S. Água: Disponibilidade, Desigualdade e Escassez, Elementos para a Prática da Educação Ambiental nas Escolas em São Lourenço da Mata – PE. In: **Anais do I Congresso Nacional de Educação Ambiental & III Encontro Nordestino de Biogeografia**. João Pessoa, 2009.

Wasserman, J. C; Alves, A. R. O holismo aplicado ao conhecimento ambiental. In: **Engevista**, v. 6, n. 3, p. 113-120, dezembro 2004.

Zabala, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.